

INFORMATIVO SEMANAL DA **CACB** SOBRE TEMAS ECONÔMICOS, TRIBUTÁRIOS E POLÍTICOS DE INTERESSE DO SETOR PRIVADO BRASILEIRO E DE UTILIDADE GERENCIAL

DATA: 02/12/2004

ANO II - Nº. 076

FHC E O CRESCIMENTO DO PIB

Os políticos de vez em quando cometem “micos” que entram para a história. Todos se lembram de quando se abriu o processo contra Collor. O Senador Jorge Bornhausen, um de seus grandes aliados, foi definitivo: “Isso não vai dar em nada”. FHC é reincidente específico. Num determinado dia de fevereiro de 1986, o então Senador FHC fez um virulento discurso desancando o governo Sarney. Qualificou-o de incompetente. No dia seguinte, o governo Sarney colocou para fora um dos mais bem guardados segredos da história econômica do país, o Plano Cruzado, e caiu nos braços do povo por um bom tempo.

Incompetente foi o adjetivo usado por FHC, anteontem, para qualificar o governo Lula. No dia seguinte, por mera coincidência, o IBGE liberou os dados do PIB até o final de setembro e o país ficou sabendo que o PIB cresceu 5,3%, o maior crescimento dos últimos oito anos. Se a economia não recuar no último trimestre, e isso é mais que provável, o PIB de 2004 cresce no mínimo 5%, contrariando, uma vez mais, as previsões dos *experts* no início do ano.

Em política, Carlos Lacerda dizia que o preço da liberdade é a eterna vigilância. Em economia também é mais ou menos assim: o preço da estabilidade é a eterna vigilância. Pallocci está certo quando diz que não vai mudar a política. O esforço de dois anos não pode ser jogado fora nos dois anos seguintes. Há que se colher os frutos da estabilidade fiscal e monetária, mas um de cada vez. Lula, na posse do presidente da CNC, disse mais ou menos o seguinte: “Este país sofreu muito com ações de governantes que ao verem o cofre cheio desandaram a gastar. Isso não vai acontecer no meu governo, mesmo sabendo dos riscos políticos”.

É bom que assim seja, mas não custa nada dar uma de *grilho falante* e colar no ouvido de Pallocci: cuidado os juros e o câmbio, e com o tamanho da carga tributária!

CÂMARA DOS DEPUTADOS

A pauta da Câmara dos Deputados para a semana de 30/11, 1 e 2 de dezembro (não há erro: a semana do Congresso Nacional só tem três dias) registra 18 Medidas Provisórias para serem votadas. Cada uma delas representa um doloroso parto e nem todas são de interesse direto do povo ou das empresas, e não foram editadas em seu benefício. São matérias digamos intestinas (sem nenhuma segunda intenção), de interesse maior da administração pública.

O instrumento da Medida Provisória foi criado em substituição ao Decreto-lei, de largo uso nos governos militares. Todos os governos civis, de 1985 para cá, não tiveram nenhum pejo em editar Medidas Provisórias, talvez se sentissem mal em editar decretos-leis, embora os dois instrumentos no fundo sejam a mesma coisa. Mudou-se o nome, mas não a disposição do presidente de plantão. Pensava-se que seria impossível superar FHC, que banalizou o uso das MPs. Qual o quê, o governo Lula o deixou para trás.

Enquanto as 18 MPs não forem votadas, nada se vota na Câmara dos Deputados. O dispositivo que determina o trancamento da pauta foi colocado no texto constitucional para forçar a sua rápida apreciação e votação, para que o país não vivesse em constante incerteza jurídica. Qual o quê, se transformou em moeda de troca de todos os partidos.

As Medidas Provisórias têm força de lei e validade de 60 dias, prorrogáveis uma só vez pelo mesmo período. Vencido este prazo, se não votada, a MP perde a validade. O Congresso (Câmara e Senado Federal) tem 45 para votar uma MP e quando este prazo se esgota é que se dá início ao trancamento de pauta.

Enquanto isso, projetos de lei importantes não avançam, frustrando as expectativas da sociedade civil, incluindo a empresarial. Tudo isso depois de o Congresso Nacional ficar 90 dias praticamente parado, aguardando o fim das eleições municipais. Mas os pagamentos aos parlamentares saíram rigorosamente em dia.

Para se editar uma MP, dois pré requisitos são necessários: urgência e relevância, mas parece que os dois foram substituídos por ausência de vergonha, e não é de hoje. Isso faz lembrar o filme “Senhoras de Altas Rodas”, em que a personagem de May West, uma prostituta, diz para a amiga: - Durante muito tempo senti vergonha da vida que levava. Ao que a amiga completou: - Graças a Deus, então você mudou de vida! - Não! É que depois de tanto tempo eu perdi a vergonha.

E assim de MP em MP o Congresso fica parado, a sociedade empresarial vê projetos de interesse geral mofarem, como a reforma tributária, enquanto o presidente do Congresso Nacional decreta 15% de aumento para os funcionários das duas Casas (os parlamentares querem estender o aumento aos seus salários, e se isso ocorrer o efeito bola de neve o estende aos salários dos deputados estaduais, vereadores, prefeitos...) tudo bancado pelos tributos pagos pelas empresas e pelos cidadãos.

CRÉDITO CONSIGNADO

Era comum ao abrir qualquer jornal, especialmente em Brasília, deparar-se com anúncios oferecendo empréstimos com desconto em folha. Algum espertalhão fazia um acordo com uma dessas entidades representativas de funcionários de algum ministério e, mesmo sem ser instituição financeira, emprestava dinheiro a juros de envergonhar agiota. O risco era zero, pois uma ponta no Ministério inseria os descontos na folha de pagamento do pobre coitado.

O governo Lula criou, e desde maio já funciona, o crédito em consignação para aposentados e pensionistas. Por enquanto, só essas duas categorias têm o direito. Cinco bancos já firmaram convênios com o INSS e a DATAPREV para operar esta linha de crédito. A Caixa Econômica Federal é, dentre todos, a instituição que apresenta melhor resultado, certamente em razão da relação histórica com aposentados e pensionistas. Entre maio e outubro, a CEF já emprestou R\$ 1 bilhão, de um total de R\$ 1,87 bilhão, para 642 mil pessoas.

Da lista dos bancos que se interessaram pelo programa, além da CEF, aparecem BMG, Bonsucesso, Cacique e Cruzeiro do Sul. Alguém já ouviu falar destes bancos? Por que os grandes, Itaú, Bradesco e Unibanco não se interessaram? A resposta é simples: eles não se interessam em miudezas, empréstimos pequenos que pagam juros de 1,75% a 3% ao mês, com prazo de pagamento de até 36 meses. Os negócios deles se caracterizam por grandes volumes, escandalosas taxas de mercado, giro rápido. Dizem que os dois primeiros (Itaú e Bradesco) começam a desconfiar que é um bom negócio (tem de ser, pois não há inadimplência) e irão solicitar a parceria ao INSS.

Já o Banco do Brasil optou por correr em faixa própria. Atua em programas em condições parecidas com o “crédito consignado”, inclusive nas taxas de juro, mas só empresta para aposentados e pensionistas que lá recebem mais de dois salários-mínimos (R\$ 520,00). Segundo o BB, 188 mil empréstimos foram feitos, num total de R\$ 224,6 milhões.

Somando tudo, mais de R\$ 2 bilhões entraram na economia pelas mãos dos aposentados e pensionistas (mais de 800 mil contratos) que se habilitaram ao programa de maio a outubro. São Paulo (R\$ 557,3 milhões), Rio de Janeiro (R\$ 299,8 milhões) e Minas Gerais (R\$ 270,8 milhões) foram os destinos majoritários dos empréstimos.

Esta é uma boa idéia do governo Lula. Mas é interessante observar como essas boas idéias, que fazem bem às pessoas de menor renda, não ocupam espaço na mídia e o governo não consegue transformá-las em marketing positivo.

MICROCRÉDITO

Na mesma linha das boas ações que refletem positivamente no comércio, é a criação do Programa Nacional de MICROCRÉDITO Produtivo, similar ao PRONAF, Programa Nacional de Agricultura Familiar. O programa objetiva conceder empréstimos a pequenos empresários, de até de R\$ 5.000,00 por operação, a juros de 2% ao mês, mais custos da operação. O programa foi criado por meio da Medida Provisória...

A linha conta, inicialmente, com R\$ 600 milhões e os recursos são oriundos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) e de 2% dos depósitos à vista recolhidos pelos bancos ao Banco Central. Esta composição é interessante. Ao invés do governo reduzir o compulsório dos bancos privados, e se o fizesse os bancos emprestariam de acordo com suas linhas tradicionais, o governo determina que 2% dos depósitos à vista se destinam a empréstimos na linha do MICROCRÉDITO. A linha aumenta o volume de recursos em circulação e só faz bem à economia, pois estimula o pequeno empresário e movimentação comércio e serviços. Na mesma MP fica estabelecido que as contas simplificadas, na CEF, BB e bancos de desenvolvimento, não pagarão CPMF sobre o depositado com os empréstimos.

ARRECAÇÃO DO SIMPLES

A arrecadação do SIMPLES chegou ao final de outubro de 2004 com valor praticamente igual à arrecadação de todo o ano de 2003.

Arrecadação do SIMPLES 2003 e janeiro a outubro de 2004 US\$ milhões – Correntes

Período	SRF		INSS		ICMS/ISS		TOTAL	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
2003 (1)	4.999,7	57,99	3.392,4	41,75	26,5	0,31	8.418,6	100,0
2004 (2)	4.907,4	58,50	3.457,5	41,21	24,4	0,29	8.389,4	100,0

(1) Janeiro a dezembro de 2003

(2) Janeiro a outubro de 2004

A arrecadação de 10 meses de 2004 é 98,1% de toda a arrecadação pelo SIMPLES nos doze meses de 2003. Isso significa que o excesso de arrecadação em 2004 (aqui entendido pelo aumento dela) será equivalente a dois meses de arrecadação, algo próximo a R\$ 2 bilhões. Boa parte deste aumento terá sido em função da elevação da alíquota, desde primeiro de janeiro, em 50%, para os casos de faturamento com presença de 30% ou mais de serviços.

É o SIMPLES se sofisticando e passando a ocupar um espaço importante na arrecadação federal. Deve fechar o ano com arrecadação acima de R\$ 10 bilhões, mais de 40% de toda a arrecadação do IPI. Mas teria ele nascido para se fonte importante de arrecadação ou para estimular a formalização das empresas? Estranho é, também, constatar o baixo grau de adesão dos Estados e Municípios ao SIMPLES. Apenas 0,3% da arrecadação são de ICMS e ISS. A participação de todos os Estados no SIMPLES não só seria bom para a economia, como também se traduziria numa experiência de porte para se ter um futuro IVA de administração partilhada pelos três entes federativos.

SISTEMA MONETÁRIO INTERNACIONAL

“É preciso importar menos, exportar mais, reduzir o consumo e aumentar a poupança interna, os juros e os impostos e acabar com o déficit orçamentário”.

Este é o conselho que alguns analistas estão sugerindo, não ao Brasil, mas aos Estados Unidos da América, extraído do editorial da Gazeta Mercantil de 1º de dezembro. Os EUA são o grande problema mundial do

momento. A queda persistente do dólar, frente as moedas japonesas e européia, pode significar que os investidores internacionais não estariam mais dispostos a bancar o consumo americano.

O Brasil, em seu campo de atuação no comércio internacional, está preso à área de influência do dólar e isso representa um risco. Risco maior, para toda economia mundial, é os EUA seguirem à risca os conselhos dos economistas e aumentarem juros, reduzirem crescimento, importarem menos. É preciso ficar de olho no que ocorre lá, pois terá grande influência no comportamento da nossa economia.

Responsabilidade Técnica:

RN & MARINI Editora e Comunicação

SCN Qd. 02, Ed. Centro Empresarial Liberty Mall, Torre B, Sala 431 CEP:70712-903

Fone: (61) 327-8690/328.8053 – Fax: (61) 326-4138

E-mail: rn.marini@terra.com.br / rn@brturbo.com / carnltda@terra.com.br